



MUDANÇAS NAS SESSÕES TRAZEM MAIOR AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA

O Tribunal de Contas do Estado alterou o funcionamento das sessões do Pleno e das Câmaras. As medidas aprimoram o julgamento dos processos

Página 04



**EMPOSSADO
CONSELHEIRO,
GEORGE SOARES
INICIA NOVA ETAPA
NA VIDA PÚBLICA**

Página 05

**TCE INOVA COM
PROGRAMA DE
EQUIDADE E
DIVERSIDADE NO
SERVIÇO PÚBLICO**

Página 07



POLÍTICA PARA IMPLANTAR A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

O TCE/RN apresentou, em 13 de setembro, sua política de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O processo, que se estende até agosto de 2025, visa consolidar a política de proteção de dados na instituição.

O evento contou com palestras das auditoras Mônica Chaves, do TCU, e Márcia Marques, do TCE/RN. Chaves destacou a necessidade de proteger dados sensíveis, enquanto Marques abordou a proposta do TCE, que envolve treinamentos e mapeamento de dados.

O presidente Gilberto Jales ressaltou o desafio da proteção de dados no maior repositório do Estado, que monitora 167 municípios e câmaras.

COOPERAÇÃO COM A PGE

Um acordo de cooperação assinado entre o Tribunal de Contas e a Procuradoria-Geral do Estado permitirá o compartilhamento de informações e a adoção de medidas relevantes para o controle e monitoramento de processos e questões de interesse mútuo. O acordo foca especialmente no processo de controle externo, na execução das decisões do TCE e na defesa judicial dos atos e decisões da Corte de Contas.

O termo foi assinado no dia 18 de setembro, pelo presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Gilberto Jales, e o Procurador-Geral do Estado, Antenor Roberto.

A cooperação tem como objetivos a padronização de um canal eletrônico de comunicação entre as partes para tratamento das demandas



de interesse mútuo; desenvolvimento de ferramenta eletrônica e integração de sistemas para viabilização do acesso à informação e do monitoramento dos assuntos e processos objeto do acordo e o estabelecimento de procedimentos padrão para as rotinas que envolvam os convenientes no exercício do controle e monitoramento dos processos de interesse comum.

SAÚDE MENTAL

Promover uma reflexão sobre o autocuidado como ferramenta de prevenção do adoecimento psíquico. Com este propósito, foi realizada mais uma edição do projeto 'Saúde é da nossa conta', debatendo o tema 'Setembro Amarelo – Acolher as emoções e valorizar os laços com a vida: reflexões sobre a importância do autocuidado em saúde mental'. O evento foi realizado pela diretoria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira.

A psicóloga da Corte de Contas, Jordana Celli Bulhões, abordou o tema 'Viver contra o caos, viver confrontando o caos', em que falou da importância de momentos de tristeza, de dor, para a superação e o amadurecimento pessoal. "Sentimentos negativos às vezes são verdadeiros salva-vidas para a gente", relatou, lembrando que não estamos sabendo lidar com estes momentos. "A tristeza é mui-

to valiosa porque nos faz evoluir, amadurecer, ter contato com a realidade", ressaltou.

Em seguida, a psicóloga Daniella de Sousa Falbo discutiu 'Regulação emocional como recurso de autocuidado em saúde mental'. "Não tem como regularmos nossas emoções, se não olharmos para dentro", enfatizou. Como forma até preventiva, orientou a se ter uma "Regulação emocional", abordando aspectos da consciência, aceitação e modulação (mudança de foco) dos momentos e sentimentos presentes no cotidiano. No final, o musicoterapeuta Everson Ferreira Fernandes explorou o tema 'Melodias da vida: compreendendo a conexão entre a música e as emoções', apresentando a música como recurso terapêutico, observando o ritmo, a melodia e harmonia presentes em cada canção e que terminam repercutindo no físico e emocional das pessoas.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
George Montenegro Soares

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Antonio Ed Souza Santana

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Renato Costa Dias

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTORA GERAL
Andréa da Silveira Lima

SECRETÁRIA CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos
Thiago Martins Guterres

EQUIPE EDITORIAL

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:
Viktor Vidal

EDITOR:
Eugênio Parcelle da Silva

PRODUÇÃO:
Isaac Lira de Almeida
Maria de Fátima Silva de Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Caroline Macedo
Daiana Martins de Araújo

IMPRESSÃO:
Unigráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP. 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: TCE/ccs@rn.gov.br
[Facebook.com/tcedorn](https://www.facebook.com/tcedorn)
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn

TCERN RECEBE CERTIFICADO DE GARANTIA DE QUALIDADE NO CICLO 2024 DO MMD-TC



Comissão de garantia do MMD-TC entrega certificado após sessão plenária

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) recebeu, no dia 03 de setembro, a declaração de garantia da qualidade e o certificado de participação no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), ciclo de 2024. Os documentos atestam que os processos e os procedimentos adotados pela Corte potiguar cumprem as normas previstas e os parâmetros de eficiência definidos pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A entrega ocorreu após dois dias de avaliação local, conduzida pelo conselheiro do TCE de Tocantins, Severiano José Costandrade de Aguiar, junto aos demais membros da comissão: conselheira substituta Milene Dias da Cunha (TCE/PA), as auditoras de Controle Externo Karina Ramos Travagila (TCE/ES) e Ivonete Dionízio de Lima (TCE/BA), e Marcelo Olímpio Carneiro Tavares, técnico do TCE/TO que atuou como observador.

O certificado foi entregue pelo conselheiro Severiano Aguiar ao presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, no plenário Dinarte Mariz, após a sessão do Pleno, na presença dos demais conselheiros. “Avaliamos nossa vinda aqui ao TCE do Rio Grande do Norte como muito

positiva. Verificamos o esforço e o empenho de todos que compõem a Corte, do presidente ao servidor. Nós vimos aqui a dia a dia o resultado da fiscalização e controle das contas públicas”, avaliou.

Nos dois dias em que visitaram o TCE/RN, a comitiva verificou, in loco, as informações cadastradas no Sistema Aprimore, da Atricon, convocando servidores da casa para explicar cada evidência selecionada entre os critérios elencados no processo de avaliação.

O presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, agradeceu pela entrega do certificado. “Recebemos esse documento certificando que o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte passou por um processo de avaliação de forma equilibrada, podendo ser aferido todo o processo conforme a manualização e procedimentos do programa e tendo alcançado êxito. E essa avaliação passa a ser um forte instrumento para o planejamento e melhoria do nosso Tribunal”, pontuou.

Também acompanharam a entrega, servidores do TCE que integram as comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do MMD: Teresa Diógenes,

secretária da Presidência; Andréa Lima, consultora-geral; Ricardo Câmara, secretário geral; Cleyton Barbosa, secretário de Controle Externo; Ricardo Villaça, diretor de Planejamento, Gestão e Governança; e Evandro Franco, coordenador da Secex.

SAIBA MAIS:

O MMD-TC é um instrumento de avaliação que visa verificar o desempenho dos Tribunais de Contas, identificando pontos fortes e oportunidades de melhoria nas rotinas administrativas, de fiscalização e julgadoras. O projeto também procura dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelos órgãos de controle.

Conta com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC).

MUDANÇA DAS SESSÕES

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) aprovou, no dia 18 de setembro, uma resolução que altera o funcionamento das sessões ordinárias do Pleno e das Câmaras. A medida visa adequar a realização das sessões à implantação do Plenário Virtual, que instituiu o julgamento de processos em ambiente digital. Com as mudanças, o julgamento dos processos ganhará mais agilidade e transparência.

As sessões ordinárias híbridas, em formato presencial e telepresencial, do Pleno, da Primeira Câmara e da Segunda Câmara serão realizadas quinzenalmente. A sessão da Segunda Câmara será realizada nas terças-feiras; do Pleno, nas quartas-feiras; e da Primeira Câmara, nas quintas-feiras. As sessões híbridas acontecerão quinzenalmente, em alternância semanal com as sessões do Plenário Virtual. As mudanças entram em vigor a partir de 1 de outubro.

De acordo com a resolução, a medida considera a redução de processos pautados nas sessões híbridas devido à implementação do Plenário Virtual. Desde abril, a Corte de Contas realiza sessões virtuais. A nova modalidade de votação, em ambiente digital, segue o exemplo de diversos tribunais do país, dando maior celeridade, acessibilidade, ampla publicidade e transparência na apreciação e julgamento de processos.



COMO VAI FUNCIONAR?

1 - SESSÕES HÍBRIDAS

Desde 1º de outubro de 2024, as sessões híbridas (aquelas realizadas presencialmente no plenário, com a possibilidade de participação remota por vídeo) ocorrem a cada 15 dias.

Essas sessões em plenário, quinzenalmente, obedecem agora o seguinte cronograma:

- Terça-feira, às 10h30 - Segunda Câmara.
- Quarta-feira, às 10h30 - Pleno.
- Quinta-feira, às 10h30 - Primeira Câmara.

2 - PLENÁRIO VIRTUAL

Em alternância semanal com as sessões presenciais em plenário, ocorrem as sessões virtuais, cujos processos ficam disponibilizados durante cinco dias úteis no Plenário Virtual.

Nessas sessões, os membros não se reúnem em plenário. Todo processo de julgamento é conduzido de forma virtual, permitindo a disponibilização de voto, pedidos de vista, sustentações orais e apreciação da matéria de uma forma geral.

A plataforma eletrônica utilizada pelos conselheiros é o Plenário Virtual, acessível a todos por meio do site do TCE. Nela, é possível acompanhar cada processo em pauta e verificar o status do trâmite até a conclusão do julgamento.



GEORGE SOARES: POSSE MARCA INÍCIO DE UMA NOVA ETAPA

George Montenegro Soares tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em Sessão Especial realizada no dia 17 de julho. Ele ocupa a vaga deixada em aberto com a aposentadoria de Tarcísio Costa, ocorrida em maio de 2024. A cerimônia de posse contou com a presença de familiares e autoridades e foi realizada no Plenário da Corte de Contas.

Em seu discurso de posse, o conselheiro George Soares reafirmou o compromisso com a transparência e boa utilização dos recursos públicos. “Este é o momento que marca o início de uma nova etapa na minha vida pública, repleto de desafios e oportunidades para contribuir com a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. O TCE/RN é uma instituição de grande importância, com autonomia e independência funcional. É meu compromisso inabalável atuar com isenção, impessoalidade e transparência. A função de controle externo exige o compromisso de atuar para que cada real do orçamento público seja aplicado com eficiência e economicidade”, afirmou.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacou o papel dos tribunais de contas e deu as boas-vindas ao novo membro da Corte. “A sua experiência vai contribuir em muito com esta Casa, sempre buscando o melhor para a sociedade potiguar”, afirmou. A governadora Fátima Bezerra exaltou as qualidades de George Soares. “Não tenho dúvidas que sua atuação será muito importante para que os recursos públicos sejam aplicados com transparência e em prol do bem do RN”, ressaltou.

O conselheiro Poti Júnior fez a saudação ao novo colega, representando todo o colegiado, e exaltou a capacidade de George Soares para desempenhar o papel de julgador na Corte de Contas. “Vossa excelência saberá, na qualidade de contador, com força de vontade e consciência, cumprir a função de julgador. Corre em suas veias



George Soares ocupou a vaga aberta com a aposentadoria do conselheiro Tarcísio Costa

o sangue do bem servir e, após tantos anos de Parlamento, saberá seguir os princípios da razoabilidade e segurança jurídica, pois conhece os meandros da administração pública”, disse.

Estiveram presentes a governadora Fátima Bezerra; o vice-governador, Walter Alves; o presidente do Tribunal de Justiça do RN, Amílcar Maia; o deputado estadual Kleber Rodrigues, representando o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira; o controlador-geral de Natal, representando o prefeito Álvaro Dias, Rodrigo Ferraz Quitude; o presidente da Atricon, conselheiro Edilson Silva; o presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos TCs, Luiz Antônio Guaraná; o deputado federal, Robinson Faria; além de deputados estaduais e outras autoridades.

Deputado estadual em seu quarto mandato, George Soares foi escolhido pela Assembleia Legislativa por meio de uma votação em que alcançou 12 votos, sendo o indicado daquela Casa para a vaga. A Constituição Estadual estipula que quatro das sete vagas de Conselheiro do Tribunal de Contas sejam escolhidas pelo Poder Legislativo, ocorrendo nova indicação sempre que houver vacância.

UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

Nascido em Natal, George Montenegro Soares graduou-se em Ciências Contábeis pela UFRN e obteve especialização em Gestão de Empresas e Pessoas pela UNP. Sua família tem origens em Assú, município onde cresceu antes de se mudar para a capital. É filho do ex-deputado Ronaldo Soares e de Rizza Montenegro, e pai de duas filhas, Stella e Laura.

Em 2010, foi eleito pela primeira vez deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito em 2022, alcançando seu 4º mandato consecutivo. Ao longo de sua carreira legislativa, atuou como relator do Orçamento do Estado em 2016 e assumiu a presidência da Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) em 2017. No mesmo ano, foi reconhecido como parlamentar do ano pelo Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Em 2022, ocupou a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

SISTEMA VAI MOSTRAR RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES

A Secretaria de Controle Externo e a Diretoria de Informática do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) vão implantar o sistema Sisbenefícios, responsável por sistematizar e comunicar os principais achados da Corte de Contas para a sociedade. O programa foi lançado no dia 06 de setembro, numa reunião com diretores e coordenadores dos diversos setores do TCE, ocasião em que houve a apresentação prática de como vai funcionar.

“O sistema vai possibilitar mais transparência, disseminando os resultados das nossas fiscalizações”, explicou Evandro Nunes Franco, coordenador de Normas, Métodos e Qualidade para o Controle Externo da Secex/TCE. O Sisbenefícios tem como base a Resolução 027/2021, que institui a sistemática de identificação, avaliação e registro dos benefícios das ações de controle externo no âmbito do TCE.

“A proposta é identificar o valor que a gente entrega para a sociedade, mostrar os resultados das nossas fiscalizações, o que significa ir além do operacional”, ressaltou o secretário de controle externo, Cleyton Medeiros, lembrando que os resultados das auditorias serão disponibilizados ao público para que tomem ciência dos achados identificados e das responsabilidades dos gestores.

O trabalho vem sendo executado e aprimorado com a adesão de todos os setores, a partir do cadastro eletrônico das iniciativas e resultados apresentados, tendo como referência o Plano de Fiscalização Anual. Evandro explicou que já produziram e divulgaram o “Manual de Quantificação de Benefícios das Ações de Controle Externo do TCE/RN”, documento que será atualizado, buscando a padronização dos procedimentos, com metodologia bem definida.

A proposta de medição dos benefícios gerados pela atuação dos Tribunais de Contas vem sendo estimulada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) como uma medida que fortalece o Sistema Tribunais de Contas, conforme as exigências do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC).



Objetivo da Secex é mostrar a importância do trabalho do TCE para a sociedade



Novo sistema vai possibilitar mais transparência, mostrando os resultados das fiscalizações para a sociedade



Temáticas relacionadas a raça, gênero, sexualidade e neurodivergência são discutidas no programa “Equidade, Diversidade e Cidadania”

TCE DISCUTE EQUIDADE E DIVERSIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) realizou, no dia 30 de setembro, o lançamento oficial do programa “Equidade, Diversidade e Cidadania”, que tem como objetivo oferecer um panorama dos principais debates sobre os marcadores de gênero, raça, sexualidade, bem como compreender os desafios enfrentados por pessoas com deficiência e os neurodivergentes na atualidade. “Acreditamos que, a partir deste momento, o TCE passa a também ser uma instituição que vai induzir políticas públicas inclusivas. Pela educação e pelo exemplo, passa a ser protagonista”, enfatizou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do evento.

Dentro do programa serão realizados uma série de encontros com servidores públicos, gestores, jurisdicionados e o público em geral, apresentando e discutindo a temática da inclusão e diversidade como valores importantes na sociedade. Durante o mês de setembro, foram realizados seis encontros, além da aula inaugural que ocorreu nesta segunda-feira. Estão planejados ainda outros três encontros no mês de outubro.

“A questão da equidade e diversidade precisa ser estendida para todos os mu-

nicipios do RN”, defendeu o presidente da Federação dos Municípios (Femurn), Luciano Santos. “Estes são temas urgentes. Há muitas barreiras no acesso a oportunidades. É preciso uma nova cultura organizacional inclusiva e equitativa”, relatou a controladora geral do Estado, Luciana Daltro, que representou a governadora do Estado, Fátima Bezerra.

No lançamento do programa, foram realizadas três palestras com abordagens diferentes. A primeira participação, de forma remota, foi da conselheira Suzana Azevedo, presidente do TCE de Sergipe e coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Gênero na Atricon. Ela apresentou dados de uma pesquisa realizada nos TC’s mostrando que, de um universo de 231 membros diretivos das cortes de contas, 200 são ocupados por homens e apenas 31 por mulheres. “Precisamos reduzir esta diferença”, assinalou. Em seguida, a conselheira Carolina Matos, do TCE da Bahia, destacou: “Tão importante quanto o lançamento deste programa, é estabelecer os motivos porque precisamos deles. A sociedade mudou, somos pluralistas. Precisamos estabelecer mecanismos de proteção

para o pluralismo, para a equidade, diversidade e cidadania”, disse.

Responsável pelo Programa, a Assistente Técnica de Controle Externo do TCE/RN, psicóloga e psicanalista Rocelly Dayane Teotonio da Cunha Souza, mostrou as diretrizes das capacitações, referenciadas pelo que denominou de “Filosofia da diferença”, em que defende a pluralidade como elemento positivo e significativo no tecido social. As capacitações acontecem na modalidade presencial, por meio de aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas a partir de referenciais teórico-técnicos atinentes ao tema, com foco principal nas situações verificadas no cotidiano da atividade de controle externo.

Foram registradas ainda as presenças do diretor da Escola de Contas, conselheiro Renat Costa Dias; do presidente da Segunda Câmara de Contas, Antônio Ed Souza Santana; do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos; e dos secretários de Segurança e Saúde do Estado, respectivamente Francisco Araújo e Lyane Ramalho Cortez, entre outras autoridades.

CORREGEDORIA INICIA PROJETO VISANDO MELHOR CONTROLE DOS PRAZOS PROCESSUAIS

A Corregedoria do Tribunal de Contas iniciou um projeto piloto com ações coordenadas visando um melhor controle dos prazos prescricionais e decadenciais dos processos em tramitação na Corte. A informação foi do conselheiro corregedor, Paulo Roberto Chaves Alves, na sessão do Pleno de terça-feira, 06/08, explicando que a proposta é identificar os processos que estejam prestes a prescrever por prescrição intercorrente e/ou evitar o reconhecimento do registro tácito em atos de pessoal.

Num primeiro momento, relatou o conselheiro, está se verificando a existência de processos que estejam tramitando há mais de dois anos e meio e menos de três anos, sem qualquer movimentação processual nos Gabinetes dos Conselheiros, dos Conselheiros Substitutos, das Procuradorias e nas unidades de controle externo a ocorrência de eventuais. Com esta

identificação, a Corregedoria recomenda por meio de memorando encaminhado a referida unidade que priorize a análise destes processos, a fim de evitar o reconhecimento da prescrição intercorrente devido à ausência de movimentação.

Também estão sendo analisados processos relativos a atos de pessoal. Neste caso, foi realizado um “corte” pelo sistema nos processos registrados na Corte há mais de quatro anos e meio e menos de cinco anos, sugerindo que os Gabinetes e unidades de controle externo priorizem a análise desses processos. O objetivo é impedir que venha a ocorrer o registro tácito, em face do que prescreve o tema 445 do Supremo Tribunal Federal -STF.

Paulo Roberto informou que a Corregedoria diligenciou junto à Diretoria de Informática do TCE solicitação a fim de que esta desenvolva uma ferramenta que permita o exame e controle dos

prazos processuais pelo próprio sistema eletrônico do TCE/RN. A elaboração desta ferramenta já foi iniciada pelo corpo técnico da DIN, e após finalizado constituirá a segunda fase deste projeto.

Por fim, em uma terceira fase do projeto, a Corregedoria deverá se debruçar, inicialmente, sobre o estoque processual das Diretorias de Administração Municipal e de Atos de Pessoal, com o intuito de otimizar, por meio de uma ação coordenada, a análise dos processos que já tenham sido alcançados pela prescrição intercorrente (no caso da DAM) ou pelo prazo decadencial de cinco anos para registro do ato de aposentadoria, pensão ou reforma (no caso da DAP). Tal ação deverá demandar a elaboração de um provimento por parte da Corregedoria, a ser submetido a Plenário, e deve contar com a colaboração, no momento oportuno, de outros setores da Corte de Contas.

PLENÁRIO VIRTUAL DO TCE JULGOU 140 PROCESSOS EM QUATRO MESES

Iniciado em 22 de abril, o plenário virtual do Tribunal de Contas do Estado, implantado com objetivo de modernizar e dar celeridade às sessões plenárias, julgou, em quatro meses de funcionamento, 140 processos, sendo 114 do Pleno, 10 da Primeira Câmara e 16 da Segunda Câmara.

A nova modalidade de votação, em ambiente digital, segue o exemplo de diversos tribunais do país, dando maior celeridade, acessibilidade, ampla publicidade e transparência na apreciação e julgamento de processos.

Todos os conselheiros utilizam o sistema de forma rotineira. O exame eletrônico é facultativo e não afasta a possibilidade de apreciação presencial. As sessões virtuais de julgamento ocorrem de forma remota e assíncrona com prazo de duração em dias para que todos os inte-

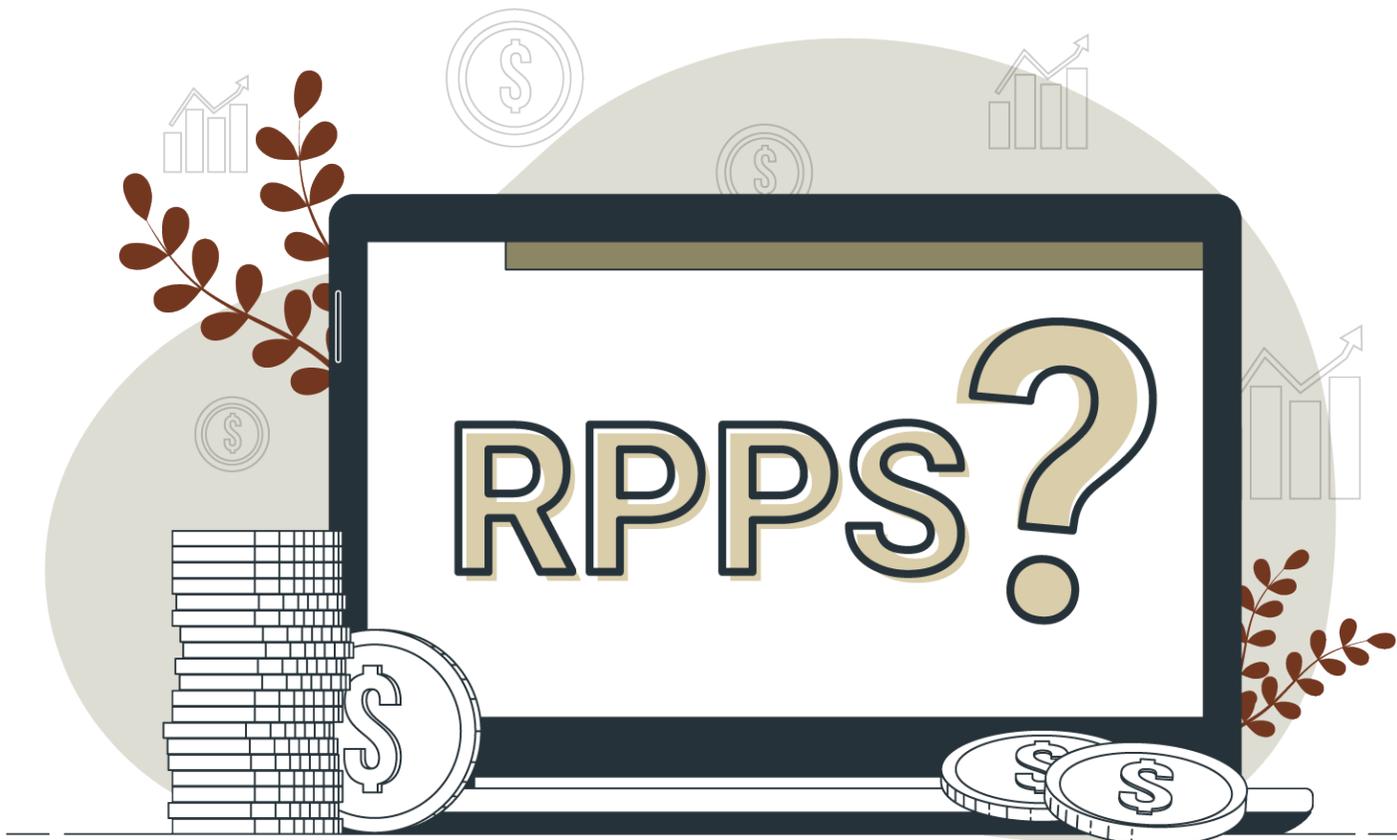
grantes do órgão julgador possam analisar os processos pautados e apresentar seus votos por meio eletrônico até a data prevista para a sua finalização.

As sessões virtuais do Pleno e das Câmaras, quando convocadas, são realizadas semanalmente, iniciando-se às 7h da segunda-feira e encerrando-se às 10h da

sexta-feira, de forma automática, utilizando-se dos meios disponíveis de tecnologia da informação. Os dias e horários podem ser alterados em razão de conveniência e oportunidade do Tribunal de Contas, desde que respeitado o prazo mínimo de 48 horas úteis entre a publicação da pauta e o início do julgamento.



AUDITORIA MOSTRA QUE REGIMES DE PREVIDÊNCIA ESTÃO EM SITUAÇÃO CRÍTICA



Uma fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) revelou que quase metade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos municípios potiguares enfrenta déficit financeiro. O estudo aponta que o mau dimensionamento dos planos de custeio e a política inadequada de contratação de pessoal são fatores que comprometem a sustentabilidade desses RPPS.

O Relatório de Acompanhamento, produzido pela Diretoria de Despesa com Pessoal do TCE, analisou a capacidade de pagamento a curto prazo dos RPPS no exercício de 2023. Entre as principais vulnerabilidades identificadas, destacam-se: receita insuficiente, déficits mensais, ausência de capitalização da receita corrente de contribuições, e ainda, descapitalização dos fundos.

O Regime Próprio de Previdência Social é um sistema de previdência destinado aos servidores públicos de um ente federativo (União, estados, Dis-

trito Federal ou municípios). Diferente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende os trabalhadores do setor privado, o RPPS é exclusivo para funcionários públicos efetivos. No Rio Grande do Norte, além do próprio Estado do RN, há 40 Municípios com RPPS ativos e 01 em extinção.

A análise da comissão de auditoria categorizou os regimes em três grupos: superavitários, equilibrados e deficitários, baseando-se na diferença entre receitas auferidas e obrigações. A conclusão foi que vários deles arrecadam menos do que o necessário para cobrir as despesas com benefícios e que a ausência ou irregularidade nos repasses das contribuições tem causado déficits financeiros mensais sucessivos.

De acordo com o relatório, 19 dos 40 municípios com RPPS ativos no RN apresentaram déficit financeiro acumulado no exercício de 2023. Outros 9 aparecem com superávit, mas tiveram problemas

com a regularidade dos repasses previdenciários – 3 deles precisaram utilizar recursos da carteira de investimentos para suprir insuficiência financeira, que deveria ser aportada pelo ente instituidor.

Em situação mais confortável estão 12 municípios que apresentaram superávit financeiro e não foram constatadas irregularidades nos repasses das contribuições previdenciárias e também não foram necessários aportes nem utilização de recursos da carteira de investimentos. No entanto, esses capitalizaram apenas os recursos que excederam o pagamento da folha de benefícios.

Para reverter o quadro, o relatório recomenda a adoção urgente de medidas pelos gestores e entes dos RPPS para garantir a sustentabilidade dos regimes. O processo, sob número 1678/2024, tem como relator o conselheiro Paulo Roberto Alves. Após pronunciamento do Ministério Público de Contas, o relatório deve ser submetido ao Pleno.

FISCALIZAÇÃO DE FESTEJOS QUE USAM RECURSOS PÚBLICOS SERÁ AMPLIADA

Em vista dos resultados positivos alcançados com a implementação do painel Festejos Juninos, iniciativa realizada em parceria pelo Ministério Público (MPRN), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e o Ministério Público de Contas (MPC/RN), o projeto será ampliado para abran-

ger os mais diversos eventos festivos realizados pelo Estado e os 167 municípios. Agora, também serão monitorados eventos como o carnaval, réveillon, emancipação de municípios e outros que envolvam orçamentos públicos.

Uma reunião para discutir esse tema foi realizada no dia 09 de agosto, na sede do TCE, onde o presidente da Corte, conselheiro Gilberto Jales, recebeu a procuradora-geral de Justiça, Elaine Cardoso, e as promotoras Isabelita Garcia e Patrícia Antunes, além do procurador-geral do MPC, Luciano Ramos. Eles trataram sobre a ampliação da parceria, com a definição da produção de Notas Técnicas e Recomendações, além da realização de um encontro com os entes jurisdicionados para explicar o fluxo operacional, com a anexação de um novo link no sistema SIAI/TCE, para a coleta de dados sobre os referidos eventos.

Também participaram da reunião a consultora-geral do TCE, Andréa Lima, o secretário de Controle Externo, Cleyton Barbosa, o diretor da Se-

cex, Marcelo Araújo, e a secretária da Presidência, Teresa Diógenes.

ARRECADA MAIS

Na mesma reunião, foi apresentado o projeto “Arrecada Mais”, uma ferramenta de análise de dados que busca contribuir para o aprimoramento da política de arrecadação tributária dos municípios, a partir da análise de informações quanto à arrecadação dos tributos municipais, com especial enfoque no IPTU, tendo como base os dados disponibilizados pelo TCE.

O painel tem como objetivo identificar municípios com déficit expressivo na arrecadação municipal em contraposição ao seu tamanho, sua capacidade fiscal e demais recursos recebidos, bem como os limites de despesa com pessoal. “A gente acredita muito nesta rede de controle. Temos alguns desafios, mas sempre na predisposição de realizar estes trabalhos em conjunto, em busca de melhores resultados”, ressaltou o secretário da Secex, Cleyton Barbosa.



Reunião do TCE com o MP foi realizada no dia 09 de agosto

RENOVAÇÃO

COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RN) renovaram, no dia 05 de agosto, um termo de cooperação técnica para o compartilhamento de dados e fortalecimento da fiscalização das obras públicas.

Os dados dos sistemas informatizados do TCE/RN (SIAI Obras) e do CREA/RN (SI-TAC) serão compartilhados. O acordo, assinado pelo presidente da Corte de Contas, Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales, e pelo Presidente do CREA, Roberto Wagner Costa Fernandes, tem como objetivo principal o aprimoramento das ações de fiscalização e a execução de obras públicas no estado.

O Conselheiro Gilberto Jales destacou a importância da renovação deste acordo, que

reforça o compromisso do TCE/RN com a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos. “Esta parceria é importante para o fortalecimento das nossas ações de controle e fiscalização, garantindo que as obras públicas sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos”, afirmou.

Entre as principais ações previstas no acordo estão a implementação de procedimentos para a fiscalização de obras públicas, a divulgação das atividades do TCE/RN entre os profissionais e empresas vinculadas ao CREA-RN, e a promoção de ações conjuntas para ampliar a participação de profissionais habilitados na execução de projetos públicos.

A assinatura ocorreu na sede da Corte de Contas e contou com a presença do presidente do TCE, Conselheiro Gilberto Jales, do

presidente do CREA-RN, Roberto Wagner Costa Fernandes, do diretor da Inspeção de Controle Externo do TCE, José Monteiro, do chefe de gabinete do TCE, Tereza Diógenes, do auditor de controle externo, Evandro Nunes, e do secretário de assuntos estratégicos do CREA, Claudionaldo Câmara.



Assinatura do termo ocorreu na sede do TCE/RN



Aula inaugural foi realizada no Auditório Cortez Pereira, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

TCE E ASSEMBLEIA REALIZAM AULA INAUGURAL DO PROJURIS

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e a Escola da Assembleia Legislativa do RN realizaram, no dia 27 de setembro, a aula inaugural do Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Consultores Jurídicos do TCE/RN e Procuradores da ALRN (Projuris). O evento ocorreu no Auditório Cortez Pereira, na sede da Assembleia Legislativa, e tratou da importância e dos desafios da advocacia pública.

A conselheira substituta do TCE-PA e presidente da Audicon, Milene Cunha, foi a responsável pela aula inaugural, intitulada “Procuradoria Jurídica do Legislativo e Tribunais de Contas: limitações e avanços do STF”, que abordou a história e a importância da advocacia pública no Brasil. Cunha destacou o papel dos advogados públicos — procuradores da União, dos Estados, dos municípios, dos poderes Legislativo e dos tribunais de contas — que prestam consultoria jurídica e representam os entes públicos na Justiça. “A advocacia pública é essencial para o funciona-

mento do Estado, garantindo que os atos públicos estejam em conformidade com as normas e a Constituição. Ela é a ponte entre o sistema político e o Direito”, afirmou.

Na abertura, o presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, ressaltou os benefícios da colaboração institucional entre o Tribunal e a Assembleia Legislativa. “Isso só foi possível graças ao espírito de cooperação”, destacou. A consultora-geral do TCE/RN, Andréa da Silveira Lima, apresentou os temas e módulos do Projuris, destacando o trabalho de preparação e planejamento do programa, além da importância da capacitação para consultores jurídicos e procuradores da Assembleia. “Espero que todos os participantes tirem o máximo proveito deste curso”, comentou.

O Projuris é um programa promovido em parceria pela Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira e Escola da Assembleia, por meio de acordo de cooperação, com objetivo de atualizar conhecimento dos consultores jurí-

dicos do TCE e procuradores da ALRN. Além da aula inaugural, haverá nove módulos, organizados em três ciclos, levando em consideração as demandas apresentadas pelos participantes.

Serão apresentados os seguintes temas: inteligência artificial generativa, processo civil e fazenda pública em juízo, a nova previdência social dos servidores públicos, consensualismo na administração pública e o papel dos órgãos de controle, questões constitucionais e atuação da Procuradoria, finanças públicas, licitações e contratos, atuação finalística dos Tribunais de Contas e sua relação com o legislativo e processo administrativo.

Com 30 vagas já fechadas, o Projuris irá oferecer 102 horas de aulas distribuídas entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro de 2025. O programa foi estruturado em modelo presencial para permitir maior interação entre os participantes e a realização de atividades práticas.

GABINETE DE SEGURANÇA REALIZA TREINAMENTO

Responsável pela política geral de segurança do Tribunal de Contas do Estado, o Gabinete de Segurança Institucional iniciou, no dia 23 de agosto, um treinamento com todos os policiais militares que integram o setor, buscando o aperfeiçoamento e a padronização dos procedimentos. Na ocasião, foi feita um agradecimento ao presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, pelo apoio que tem dado para a modernização e inovação dos serviços de segurança.

“Este é um momento de treinamento, que visa nivelar o conhecimento e qualificação da equipe, investindo na ampliação do conhecimento intelectual e operacional”, explicou o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, tenente-coronel Tasso Arcanjo de Carvalho. A partir de agora, novos treinamentos serão realizados quinzenalmente instituindo um padrão de ação, num trabalho que busca, sobretudo, a prevenção.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, lembrou que este é mais um passo na reestruturação do setor, ressaltando a importância do trabalho de formação continuada e também da interação do grupo como um elemento fundamental de integração em todo o Tribunal de Contas. “Vamos seguir em frente”, sinalizou. Entre outras iniciativas, o Gabinete de Segurança é responsável por assegurar a boa ordem dos trabalhos do Tribunal, protegendo a integridade dos seus bens e serviços.

OLIMPÍADA DOS TCS

Com a participação de 11 atletas, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) conquistou três medalhas de ouro e uma de prata nas Olimpíadas dos Tribunais de Contas, a OTC Jalapão 2024, que aconteceram de 22 a 28 de setembro, em Palmas. A delegação, capitaneada pelo presidente, conselheiro Gilberto Jales, comemorou a participação nos jogos, exaltando a integração e o incentivo ao bem estar e cuidados com a saúde. A OTC Jalapão contou com a participação de 1.175 atletas de 24 estados.

“A OTC é um momento ímpar de integração interna e externa de servidores e membros dos Tribunais de Contas. Mais do que simples competições esportivas chama a atenção para políticas de gestão de pessoas, saúde e qualidade de vida”, afirmou Gilberto

Jales, que também foi um dos palestrantes do congresso Controle Externo, Fiscalização e Boas práticas de Governança, que integrou a programação dos jogos.

O TCE potiguar ganhou medalha de ouro na disputa de dupla mista do beach tênis, com os servidores Marcel Revredo e Fernanda Dias. Já o servidor Anderson Lima disputou provas no atletismo e conquistou duas medalhas de ouro e uma de prata.

Uma das novidades na delegação do RN para a edição 2024 foi que, além dos servidores, o presidente Gilberto Jales e o conselheiro Antônio Ed Souza Santana também participaram. O presidente competiu nas modalidades de boliche, vôlei e natação. Já o conselheiro Antônio Ed disputou as mo-

dalidades de dominó, beach tennis e tênis de campo.

O incentivo à prática esportiva no TCE faz parte do projeto Movimento-se, da Diretoria de Gestão de Pessoas. As Olimpíadas dos TCs são realizadas anualmente, por meio da Associação Nacional Olímpica dos Tribunais de Contas do Brasil (ANOSTC), e contam com atletas de todo o país, disputando modalidades como basquete, futsal, futebol society, futevôlei, vôlei de praia, atletismo, beach tennis, bocha, boliche, corrida, natação, tênis de campo, tênis de mesa, tiro esportivo, pesca, sinuca, pôquer, dominó, damas, xadrez, truco e pebolim.

Além do esporte, o evento conta com atividades sociais, recreativas e culturais, movimentando a economia local.



Proposta da OTC é incentivar a prática esportiva dos servidores dos TCs